

TCE encontra salários acima do teto e excesso de horas extras a comissionados

Há também excesso de cargos comissionados e pagamento indevido aos servidores

Por Ângela Kempfer | 16/01/2026 10:46

ouça este conteúdo

readme



0:00 1.0x



O ex-prefeito de Itaporã, Marcos Antonio Paco, foi multado (Foto: divulgação)

O TCE-MS considerou irregulares os gastos com a folha de pagamento da Prefeitura de Itaporã no exercício de 2022. A decisão consta no Diário Oficial do órgão publicado nesta sexta-feira (16), como resultado de uma inspeção que analisou salários, cargos e controles internos do município.

RESUMO

Nossa ferramenta de IA resume a notícia para você!

[LEIA AQUI ▼](#)

O ex-prefeito de Itaporã, Marcos Antônio Paco (PSDB), foi multado e o atual gestor terá 30 dias para suspender os repasses considerados ilegais.

Segundo o Tribunal de Contas, foram identificados problemas estruturais na gestão de pessoal, que vão além de falhas pontuais. Entre os principais achados estão o excesso de cargos comissionados, o pagamento indevido de horas extras a servidores comissionados, a existência de salários acima do teto constitucional e a ausência de controle efetivo de jornada e assiduidade.

Na prática, o TCE entendeu que a Prefeitura falhou em regras básicas de administração pública. Cargo comissionado, por exemplo, não deve receber hora extra. E salário acima do teto constitucional é, sem rodeios, ilegal.

Diante das irregularidades, o Tribunal aplicou multa de 100 Uferms, cerca de R\$ 5,2 mil, ao ex-prefeito de Itaporã, responsável pela gestão à época. O valor deverá ser recolhido ao fundo do próprio Tribunal dentro do prazo legal.

Além da punição financeira, o TCE determinou que a atual gestão adote uma série de medidas corretivas obrigatórias, como: encerrar o pagamento irregular de horas extras, adequar salários ao teto constitucional, reorganizar a proporção entre cargos efetivos e comissionados e implantar controle formal de jornada dos servidores.

Essas providências não são opcionais. O Tribunal deixou claro que haverá monitoramento para verificar se as correções serão, de fato, implementadas.

Outro ponto relevante é que o processo foi encaminhado ao MP-MS (Ministério Público de Mato Grosso do Sul), para conhecimento e eventuais providências, como o aprofundamento das investigações.

O **Campo Grande News** procurou o ex-prefeito e a atual gestão e espera retorno.